

AS DISPUTAS DE NARRATIVAS SOBRE O “GLORIOSO ATO DE 13 DE MAIO DE 1888” NOS JORNAIS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES (1888-1889)

GEISA LOURENCO RIBEIRO 
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
VIANA – ESPÍRITO SANTO – BRASIL

RESUMO

A análise dos dois jornais publicados no principal município cafeeiro do Espírito Santo durante o século XIX, Cachoeiro de Itapemirim, evidencia as tensões e contradições na construção da memória da Abolição na Imprensa Cachoeirense, que recepcionou entusiasticamente o “glorioso ato de 13 de maio de 1888”. A análise de conteúdo, conforme as orientações de Lawrence Bardin e Renné Zicman, aplicada na pesquisa de *O Cachoeirano* e *O Constitucional*, pertencentes a campos políticos e ideológicos opostos, no período posterior à Lei Áurea e anterior à proclamação da República, revela o desenvolvimento de narrativas contrastantes entre si, ambíguas e mutáveis no cenário marcado pelo crescimento das tensões entre monarquistas e republicanos e pelo início das disputas pela memória da Abolição.

Palavras-chave: Abolição; Imprensa; Memória.

ABSTRACT

The analysis of two newspapers published in the main coffee city of Espírito Santo during the 19th century (Cachoeiro de Itapemirim) intended to highlight tensions and contradictions in the construction of the memory of Abolition in Cachoeiro de Itapemirim Press, which enthusiastically received the “glorious act of May 13, 1888”. The analysis of the content, according to Lawrence Birdin and Renné Zicman’s directions, will be used in the research of *O Cachoeirano* and *O Constitucional*, which belong to political and ideological opposite fields. The research is between the Golden Law and the proclamation of the Republic and it reveals the development of contrasting narratives among themselves, ambiguous and changeable in the scenario marked by the growing tensions between monarchists and republicans and by the beginning of disputes for the memory of Abolition.

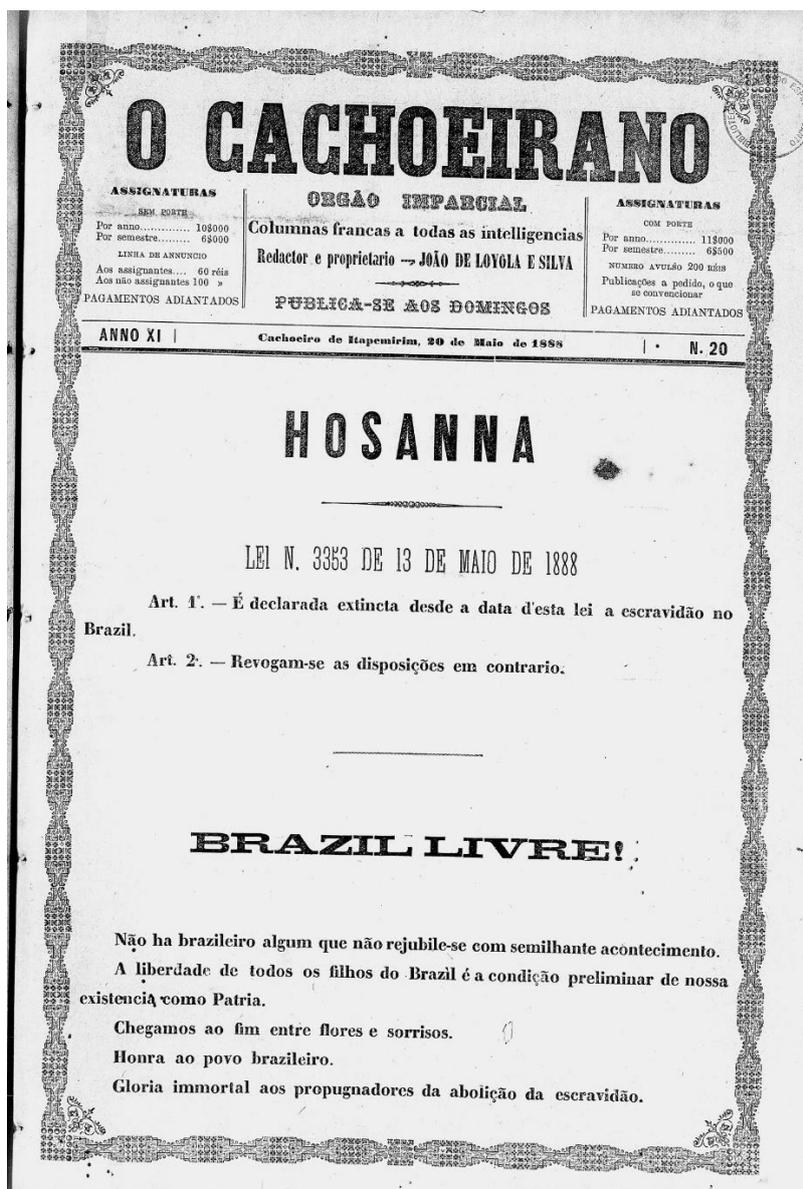
Keywords: Abolition; Press; Memory.

* Professora do Instituto Federal do Espírito Santo (campus Viana). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo sob orientação da professora Dr.ª Adriana Pereira Campos. Pesquisadora do Laboratório de História, Poder e Linguagens da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: geisa.l.ribeiro@gmail.com.

PALAVRAS INICIAIS

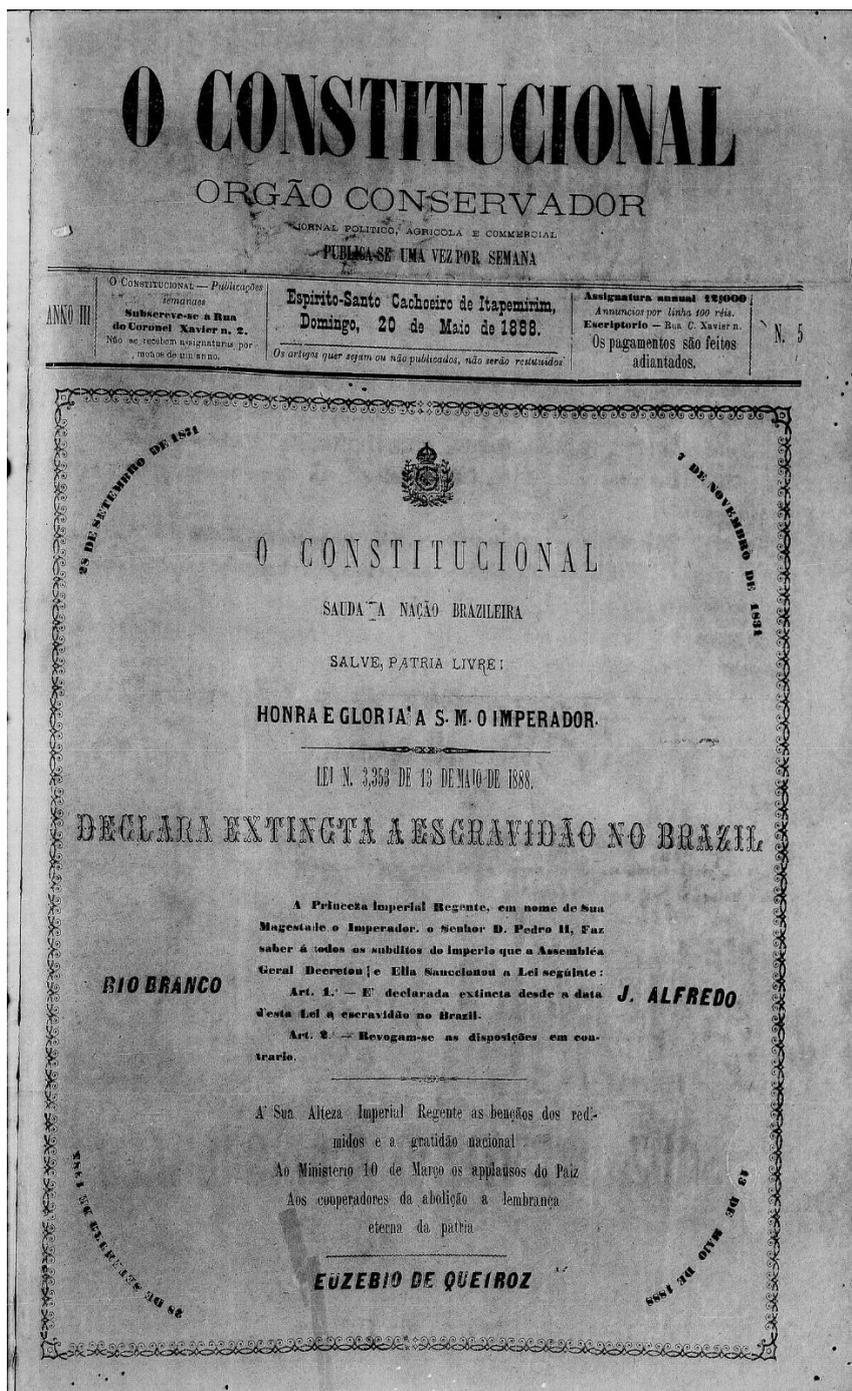
No dia 20 de maio de 1888, os dois periódicos publicados em Cachoeiro de Itapemirim-ES, dedicaram a primeira página de suas publicações ao “glorioso ato da abolição”, estampando nela a lei n. 3.353, de 13 de Maio. Embora ambos tenham apresentado a nova legislação em tom solene e comemorativo, eles o fizeram estabelecendo uma diferença importante nas narrativas que seriam construídas sobre o tema, conforme pode ser apreciado nas imagens a seguir.

Imagem 1. Primeira página do jornal *O Cachoeirano*.



Fonte: HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Cachoeirano*, n. 20, 20 de maio de 1888.

Imagem 2. Primeira página do jornal *O Constitucional*.



Fonte: HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Constitucional: Órgão Conservador*, n. 5, 20 de maio de 1888.

Como se observa na primeira imagem, *O Cachoeirano* exaltou a lei, da qual imprimiu os dois artigos na parte superior da página. Logo abaixo publicou um texto intitulado “Brasil Livre”, no qual afirmava a existência de um sentimento unânime de

congraçamento pelo fato, apontava-o como necessário à construção da Pátria, ressaltava o povo e os propugnadores da abolição.

O periódico concorrente, *O Constitucional*, foi mais pródigo nas informações da primeira página. Iniciou saudando a nação brasileira e a Pátria Livre, deu “Glória e honra a S. M. o Imperador” e, em seguida, publicou a lei de forma integral, isto é, incluindo seu preâmbulo: “A Princesa Imperial Regente, em nome de sua Majestade, o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte [...]”. Após a publicação da sucinta lei, o periódico reforça seus agradecimentos: “À Sua Alteza Imperial Regente as bênçãos dos redimidos e a gratidão nacional. Ao Ministério de 10 de Março os aplausos do país. Aos cooperadores da abolição a lembrança eterna da Pátria.” Como pode ser observado na imagem anterior, também receberam destaque Rio Branco, João Alfredo e Eusébio de Queiroz. Os cantos das páginas receberam datas importantes para aquele desfecho, além do 13 de maio: 7 de novembro de 1831 (proibição do tráfico de africanos), 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre) e 28 de setembro de 1885 (Lei dos Sexagenários).

Para além das sutis diferenças nas capas de ambas as edições comemorativas, que serão discutidas em tópico posterior, destaca-se neste momento o tom comemorativo com o qual a Lei Áurea foi recebida pela imprensa Cachoeirense que, desta forma, se aproximou da tendência observada em seus pares de outras províncias. Aliás, o dia 20 de maio, no qual as edições especiais foram publicadas em Cachoeiro de Itapemirim, foi o último dia das festas programadas por vários jornais do Rio de Janeiro.

A euforia das festas que dominaram a Corte por oito dias não se limitou à capital, tendo se espalhado pelas províncias e contagiado “boa parte do Império”, conforme explicado por Petrônio Domingues.¹ Segundo o autor, o entusiasmo pelas comemorações do 13 de Maio foi expresso de diferenciadas formas e envolveu diversificados públicos. De São Luís do Maranhão ao Rio Grande do Sul, bailes, caxambus, saraus, fogos de artifício, festivais, procissões, missas, declamações de poesia, batucadas, conferências públicas etc., animaram desde os últimos escravos até membros da elite.

¹ DOMINGUES, José Petrônio. “A redenção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravidão no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 19-48 – 2011.

Entre os “vivas” erguidos pelos festeiros, muitos foram direcionados à imprensa por sua colaboração na campanha abolicionista. Diversos órgãos, além de serem lembrados, também destacaram em suas páginas as manifestações de júbilo por sua aprovação.² Em lugares como o Rio de Janeiro, onde alguns jornais foram bastante atuantes no movimento abolicionista, eles ainda executaram a função de organizadores das festividades.³

Os editores do *Jornal do Commercio*, da *Gazeta de Notícias* e do *Diário de Notícias* formaram uma comissão, que incluiu colaboradores de outros órgãos da imprensa, para organizar a programação oficial de comemoração da Lei Áurea na Corte. Eventos religiosos, esportivos, literários e cívicos foram oferecidos “a fim de deixar marcado para aqueles que festejaram, assim como para as demais folhas, que a vitória sobre a escravidão foi resultado também da sua própria atuação na sociedade”.⁴

De acordo com Renata Figueiredo Moraes,⁵ além de organizar os festejos oficiais, divulgá-los e comentá-los, a comissão organizadora produziu um jornal de edição única que seria publicado no dia seguinte ao último evento das comemorações oficiais. O *Imprensa Fluminense*, definido politicamente como neutro, reuniu textos de todos os integrantes da comissão a respeito das festividades e, principalmente, sobre os efeitos e os significados do 13 de Maio, procurando estabelecer os sentidos da nova legislação e indicar aos leitores o que deveria ser marcado em suas memórias. Ainda de acordo com Moraes, tanto as festas quanto o jornal comemorativo expressam o esforço da comissão da imprensa para construir uma mensagem homogênea sobre a nova data cívica:

Por estarem os festejos, de certa forma, ligados ao Império e à forma legal pela qual foi feita a abolição, não haveria, em pleno festejo, momentos para rememorar os anos de escravidão e nem a atitude do Imperador diante das pressões externas para esse fim. De certo modo, ao promoverem as festas, os homens da imprensa iniciaram um processo de arrumação da memória e também do esquecimento (lutas e sangue não precisavam ser recordados)

² MACHADO, Humberto Fernandes. A imprensa do Rio de Janeiro e o pós-abolição. In: *Anais da XVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis-SC, 27 a 31 de julho de 2015.

³ MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da abolição: o 13 de maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)*. Rio de Janeiro, 2012, 325 p. Tese de doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

⁴ MORAES, 2012, p. 55.

⁵ MORAES, 2012.

do processo abolicionista, assim como para o estabelecimento dos heróis e dos fatos que levaram à abolição.

O que deveria ser festejado a partir de 13 de maio era a vitória da forma legal contra a escravidão, sobre toda e qualquer outra forma bárbara que pudesse existir.⁶

O *Imprensa Fluminense* imprimiu 300 mil exemplares – número muito superior à soma da tiragem dos jornais integrantes da comissão organizadora – e sua venda ultrapassou os limites do Rio de Janeiro. É interessante destacar seu alcance já que ele se constituiu como um ingrediente importante para a elaboração da memória da festa da abolição, demarcando os personagens e fatos a serem celebrados, conforme observou Moraes.⁷ Na verdade, tais personagens foram homenageados de diferentes formas durante todos os festejos e seriam exaltados em celebrações em diversas províncias.⁸

Os dois periódicos de Cachoeiro de Itapemirim, que contemplam a proposta deste trabalho, não se afastaram dessa tendência. Parte de seu conteúdo, aliás, referia-se às comemorações na Corte, contando com transcrições das matérias de outros jornais. Tais edições apresentam uma narrativa da abolição como sendo um longo processo legal e pacífico, guiado pelas importantes figuras políticas do Império, incentivado pelos abolicionistas e cujo resultado foi a alegria geral. Contudo, essa posição teria se mantido nos números posteriores? Como os personagens considerados responsáveis pela abolição aparecem no período pós-celebração do 13 de Maio? As publicações relacionadas à abolição confirmaram as edições comemorativas, isto é, ajudaram a ratificar a memória da abolição nelas presentes ou teriam apresentado contradições? A disputa de narrativas insinuada na edição comemorativa seria intensificada após as festas?

Analisar as festas da abolição, conforme realizado por diversos pesquisadores, permite apreender a multiplicidade de sentidos e significados para os diferentes sujeitos que delas participaram. Como alerta Petrônio Domingues,⁹ ex-escravos e descendentes forjaram não apenas formas específicas de realizar as celebrações do 13 de Maio, como também atribuíam-lhes significados próprios de acordo com suas expectativas e

⁶ MORAES, 2012, p. 55-56.

⁷ MORAES, 2012.

⁸ DOMINGUES, 2011.

⁹ DOMINGUES, 2011.

motivações. As historiadoras Martha Abreu e Carolina Vianna Dantas¹⁰ reforçam a importância da celebração da Abolição no contexto da Primeira República, ressaltando seus significados políticos e culturais, que foram fundamentais para a discussão de possibilidades de cidadania e inclusão para a população negra.

Um dos primeiros atos do regime republicano, proclamado 18 meses após o fim da escravidão, foi estabelecer os dias de festas públicas, entre os quais estava o 13 de Maio. Todavia, vale ressaltar que a data foi classificada como o *dia da fraternidade entre os brasileiros*,¹¹ sem fazer referência ao passado escravista ou às lutas que conduziram ao fim do sistema. Essa decisão ressalta a batalha política e simbólica sobre a abolição, iniciada ainda durante a monarquia e aprofundada nos anos seguintes¹² e evidenciada por ocasião de seus aniversários. Sendo assim, embora a análise das festas seja fundamental, consideramos pertinente ultrapassar o momento da comemoração para responder as questões propostas anteriormente. Afinal, seja no único aniversário da lei durante o Império, seja nos aniversários durante a República, o 13 de Maio foi comemorado como data cívica e, como já advertido, tais datas são propícias a um esforço de homogeneização e enquadramento da memória que, no caso da abolição, privilegiou a ideia da conquista legal e pacífica, tanto antes quanto depois da queda da monarquia, ainda que o peso dos personagens envolvidos tenha sofrido alteração. Todavia, sabemos que a unanimidade não existiu nem sequer durante as comemorações em 1888 quando parte da imprensa da Corte, representante dos interesses da lavoura, manifestou seu descontentamento com a resolução da questão servil ou quando os próprios homens envolvidos com as celebrações oficiais repreenderam as comemorações populares espontâneas.¹³ Tal unanimidade é ainda mais questionada quando se comparam as publicações da imprensa sobre as festas e a documentação policial do mesmo período, como proposto por Wlamyra Albuquerque.¹⁴ Na Bahia, segundo a autora, o contraste é evidenciado pelo crescimento de denúncias de confrontos e mortes, envolvendo libertos que desafiavam o poder de ex-senhores ou a rejeição destes à nova legislação.

¹⁰ ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Viana. É chegada a ocasião da “negrada bumbar”: comemorações da abolição, música e política na Primeira República. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 27, n° 45: p.97-120, jan/jun 2011.

¹¹ MORAES, 2020.

¹² MORAES, 2012.

¹³ MORAES, 2012.

¹⁴ ALBUQUERQUE, Wlamyra. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. *História Social*, n. 19, segundo semestre de 2010.

Na mais importante região cafeeira do Espírito Santo, a posição dos jornais que testemunharam a desestruturação do regime escravista foi, no mínimo, ambígua a respeito da abolição antes de sua concretização, o que desperta certa surpresa diante de seu entusiasmo nas edições comemorativas do evento. Em outras palavras, consideramos que, no caso proposto, uma análise limitada à comemoração da Lei Áurea ou aos seus aniversários pode não contemplar a complexidade do processo de construção da memória da abolição operada pela imprensa Cachoeirense. Acredito que o acompanhamento das edições posteriores ao 13 de Maio pode contrariar a unanimidade do tom comemorativo apresentado por ambos os periódicos em suas edições especiais e, desta forma, revelar as influências econômicas, sociais e políticas sobre a construção de suas narrativas, que não foram cristalizadas durante os festejos da Abolição. Como ressaltado por Albuquerque,

Colocar-se à frente do movimento, patrocinar e organizar comemorações foram tarefas que os abolicionistas de diferentes matizes assumiram com empenho. Concordemos em parte com eles: a tamanha vitória, há tanto almejada, deveria mesmo corresponder muita celebração. Mas, se escaparmos da comoção geral expressa publicamente sob confetes, bandas de música e estandartes, podemos nos ocupar da importância política que a construção das memórias do processo emancipacionista e da abolição tinha naquele contexto, mais ainda dos projetos gestados para o pós-abolição. No afã de constituir panteões e consagrar heróis e princesa, ficavam à mostra os lugares sociais reservados aos emancipados e as condições de cidadania previstas para o pós-abolição.¹⁵

Os jornais analisados, como dito antes, não foram abolicionistas convictos, tendo um deles ocupado uma posição ambígua, enquanto o outro esteve entre os convertidos às vésperas da aprovação da lei. Todavia, ambos compartilharam a disseminada ideia de felicidade geral pela abolição durante os festejos. Nesse contexto, a narrativa sobre a abolição construída paulatinamente após o 13 de Maio permite não apenas compreender as escolhas de heróis e vilões como, a partir disso, revelar os projetos de *O Cachoeirano* e *O Constitucional* para os libertos no pós-abolição. A proposta, portanto, é analisar as publicações dos dois periódicos no período compreendido entre a promulgação da lei n. 3.353 e a queda da monarquia, pois nele é possível observar os embates pela memória da

¹⁵ ALBUQUERQUE, 2010, p. 94.

Abolição entre monarquistas e republicanos¹⁶ antes que a ascensão da República estabeleça um novo cenário.

A leitura das fontes foi realizada de acordo com as orientações metodológicas da análise de conteúdo proposta por Lawrence Bardin¹⁷ e, mais especificamente, por René Zicman,¹⁸ que adotou essa metodologia para trabalhar com a História através da imprensa. De uma forma geral, a análise de conteúdo “caracteriza-se como um *exercício de desocultação* fornecendo-nos uma melhor ‘descrição’ dos textos e permitindo-nos avançar para além das significações primeiras dos discursos e escapar dos perigos da compreensão espontânea.”¹⁹ A adoção dessa metodologia permite evitar o perigo apontado por Zicman e outros autores,²⁰ que é a utilização dos jornais como simples e acrítica consulta do passado, como se fosse possível recuperar o fato histórico.

De forma mais específica, a análise temática – um dos tipos de análise de conteúdo – permite analisar os discursos que são próprios da imprensa por considerar a natureza dupla dos jornais, isto é, sua forma e conteúdo, que são inter-dependentes e inter-atuantes.²¹ Ainda importa ressaltar que este instrumental metodológico não é rígido, mas permite adaptações de acordo com o documento e os objetivos da pesquisa, desde que definidos inicialmente e seguidos rigorosamente. Para nossos objetivos, foi importante combinar análises quantitativas e qualitativas para desvendar os sentidos dos discursos de *O Cachoeirano* e de *O Constitucional*. Seguindo essa metodologia, que nos lembra da necessidade de expor os “filtros” utilizados pelos órgãos da imprensa pesquisado, faremos sua apresentação no próximo tópico.

O CACHOEIRANO E O CONSTITUCIONAL

As diferenças apresentadas nas primeiras páginas das edições comemorativas da Abolição de *O Cachoeirano* e de *O Constitucional* podem parecer sutis, mas são o indicativo da narrativa que cada um dos periódicos iria construir sobre o evento, o que,

¹⁶ ALBUQUERQUE, 2010.

¹⁷ BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.

¹⁸ ZICMAN, René Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP*. São Paulo: PUCSP, n. 4, 1985.

¹⁹ ZICMAN, 1985, p. 94.

²⁰ CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

²¹ ZICMAN, 1985.

por sua vez, relaciona-se aos seus interesses econômicos e políticos.²² Tendo em vista que todo periódico atua dentro de um campo político e ideológico, que funciona como um filtro orientador da organização dos acontecimentos e informações,²³ é necessário realizar uma breve exposição sobre as características históricas e formais dessas fontes.

O Cachoeirano foi publicado pela primeira vez em sete de janeiro de 1877, no município de Cachoeiro de Itapemirim-ES. O posto de redator foi ocupado pelo primeiro proprietário, João de Loyola e Silva, mas houve revezamento com outros personagens locais de acordo com o credo político assumido pelo jornal.²⁴ Assim, monarquistas convictos, como o liberal José Feliciano Horta de Araújo, e republicanos, como o Dr. Bernardo Horta de Araújo e Antônio Aguirre, ocuparam essa função. De acordo com a pesquisadora da imprensa capixaba, Karulliny Silverol Siqueira (2016), esse jornal se enquadrava no campo da nova cultura política que foi inaugurado na província espírito-santense na década de 1870. Todavia, diferente de seus colegas, *O Cachoeirano* não se afiliou aos partidos monárquicos, alegando ser “Órgão do Povo”. Na última década do regime escravista, ele reafirmou sua posição neutra declarando-se “Órgão imparcial”. Pouco depois da abolição da escravidão, no entanto, o jornal abandonaria a alegada neutralidade e se tornaria “Órgão Republicano”, prosseguindo em atividade, com algumas pausas, até a década de 1920 – período no qual houve diversos redatores e proprietários. No período analisado neste artigo, a redação foi responsabilidade de João de Loyola até a declaração como órgão oficial do regime republicano, quando ele assume a função de gerente e passa a redação de seu jornal para dois correligionários, o Dr. Bernardo Horta (até dezembro de 1888) e o Dr. Antônio Aguirre.

O outro periódico analisado expôs seu alinhamento político desde a inauguração, em abril de 1885: *O Constitucional: órgão do Partido Conservador – jornal político, agrícola e comercial*. Seu redator principal foi João Vasco Cabral Filho, líder do partido conservador e promotor público da comarca de Itapemirim durante parte desse período. Inicialmente, a tipografia se localizava no município vizinho, Itapemirim, mas desde, pelo menos, agosto de 1886, foi transferida para Cachoeiro de Itapemirim onde encerrou suas atividades em dezembro de 1889.

²² CAPELATO, 1988.

²³ ZICMAN, 1985, p. 90.

²⁴ SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *O império das repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. 2016, 313 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016.

Os dois periódicos eram semelhantes quanto à aspectos mais formais, já que ambos possuíam quatro páginas e foram publicações dominicais durante a maior parte do recorte cronológico analisado. *O Constitucional*, durante o ano de 1889 ensaiou a publicação bi-semanal, porém teve dificuldades para manter a regularidade. A diferença de preço entre eles não era significativa, pois a assinatura anual de *O Cachoeirano* variava entre 10\$000 e 11\$000 (com ou sem porte), podendo ser vendido de forma avulsa por 200 reis. Enquanto isso a assinatura anual de *O Constitucional*, custava 12\$000. Os anúncios possuíam os mesmos preços para não assinantes nos dois periódicos, que cobravam \$100 por linha, sendo que *O Cachoeirano* oferecia um desconto para seus assinantes que pagavam \$60.²⁵

É difícil precisar a apresentação dos periódicos quanto à distribuição das informações por suas páginas, já que ambos modificaram frequentemente sua estrutura ao longo do período analisado. Contudo, pode-se afirmar que, de maneira geral, eles apresentavam um editorial ou artigo de algum colaborador na primeira página; distribuía as notícias a partir da primeira página, quando o editorial não a ocupava integralmente; possuíam espaço para a manifestação dos leitores; apresentavam seções recreativas; e dedicavam, pelo menos, a última página para anúncios. Todavia, mais importante do que a semelhança na estrutura física foram algumas de suas posições frente à temas debatidos naquela época, que indicavam interesses econômicos congruentes apesar das diferenças políticas e ideológicas.

Não há espaço aqui para discutir seu posicionamento anterior à abolição, mas em outro trabalho fiz essa análise e procurei demonstrar que a diferença no discurso de ambos frente à solução do problema servil não foi suficiente para separá-los de sua preocupação principal: a proteção da grande lavoura.²⁶ *O Cachoeirano* apresentou nos últimos anos da escravidão (1885 a 1888) textos editoriais ou de colaboradores favoráveis ao fim da escravidão e se colocou contra a indenização da propriedade escrava alegando como motivação seus “princípios”, porém, não deixou de anunciar a fuga e venda de escravos até as vésperas da lei – algo que demarcava o posicionamento abolicionista e foi realizado

²⁵ Para ajudar a dimensionar o valor, informo que uma diária no Hotel do Commercio, em São José do Calçado (distrito de Cachoeiro de Itapemirim), foi anunciada por 1\$500 reis na edição de 27 de maio de 1888. No dia 19 de fevereiro, no último anúncio de venda de escravos no jornal de *O Cachoeirano*, a agricultora Placidina, de 24 anos, foi anunciada por 675\$000 (preço da lei).

²⁶ RIBEIRO, Geisa Lourenço. "Um sonho impossível": "A transição do trabalho servil para o trabalho do homem" nos jornais do sul do Espírito Santo (1885-1888). In: VILELA, Márcio Ananias Ferreira (Org.). *Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil*. Recife: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 2019.

pelos periódicos da capital da Província do Espírito Santo que se identificavam com a causa desde 1885, seguindo seus pares de outras províncias.²⁷ Enquanto isso, o periódico conservador se colocou contrário à Abolição, que “arruinaria a lavoura”, e reivindicou a indenização como base para a discussão sobre o tema até ascensão do gabinete de 10 de março. É notório, a partir de então, a aproximação do discurso de *O Constitucional* de seu concorrente sobre a abolição, mas isso não constituiu a primeira semelhança entre eles, já que a defesa da propriedade privada apontava a preocupação central com a grande lavoura – algo que permaneceu após o fim da escravidão e manifestou-se nas narrativas de ambos em relação à abolição.

AS NARRATIVAS DA ABOLIÇÃO NA IMPRENSA CACHOEIRENSE

Acompanhar os dois periódicos do principal município cafeeiro do Espírito Santo nos anos finais da escravidão proporciona certa surpresa em relação as suas edições comemorativas da abolição publicadas no dia 20 de maio – é válido lembrar que, como a periodicidade era semanal e a notícia confirmando a assinatura da lei chegou à vila de Cachoeiro apenas no dia 15 de maio,²⁸ a edição especial só ocorreu uma semana após o evento original.

Uma vez que o tom comemorativo e as afirmações sobre a felicidade geral por causa do evento não eram totalmente corroboradas pelas publicações realizadas por ambos os veículos de imprensa nos anos anteriores, especialmente em relação ao órgão conservador, sua análise permite observar a disputa de narrativas sobre a abolição e indagar se suas tendências políticas e econômicas mudaram radicalmente em relação ao período anterior ou se as edições especiais foram uma exceção, uma tentativa de arrumação da memória com inspirações externas e efêmeras. É válido lembrar que mudanças radicais, como a “conversão” tardia de escravistas à bandeira abolicionista, foram observadas e denunciadas pela imprensa em outros lugares.²⁹ Poderia algo semelhante ter ocorrido com os jornais de Cachoeiro ou haveria uma mudança de suas

²⁷ PÍCOLI, Mariana. *Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869-1888)*. Dissertação (Mestrado). Vitória: Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, 2009. 142 f.

²⁸ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Constitucional*, n. 5, 20 de maio de 1888.

²⁹ MORAES, Renata Figueiredo. Os diferentes 13 de maio. História, memória e festa da abolição. *OPIS*, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007. p. 220.

posições com o desvio do foco da grande lavoura para a genuína e exclusiva celebração das vantagens de uma “Pátria Livre”?

Apresentamos no quadro 1 as manifestações dos periódicos relacionadas ao tema abolição, isto é, todos os editoriais, notícias e contribuições dos leitores que diretamente se referiam a esse tema no recorte cronológico estabelecido. Cabe ressaltar que trabalhamos com o número total de edições disponibilizadas pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional de ambos os jornais desde a primeira edição após a Lei Áurea – dia 20 de maio de 1888 – até a edição anterior à proclamação da República, em novembro de 1889. Isso equivale a dizer que foram considerados na análise a quase totalidade das edições, tendo em vista que apenas quatro delas não estão disponíveis para *O Constitucional* e apenas uma para *O Cachoeirano* nesse período.³⁰

Quadro 1. O tema “Abolição” nos periódicos de Cachoeiro de Itapemirim após o 13 de Maio

Periódicos	1888	1889
<i>O Constitucional</i>	96,7 % (103 publicações)	40 % (20 publicações)
<i>O Cachoeirano</i>	80,6 % (51 publicações)	44,4 % (30 publicações)

Fonte: HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL; *O Cachoeirano* e *O Constitucional*, 1888-1889.

Considerando o percentual³¹ de edições que abordaram o tema, a diferença entre ambos os periódicos é moderada: no ano da abolição, foi de 16,1%; no ano seguinte foi ainda menor, reduzindo para 4,4%. Entretanto, se observarmos que *O Constitucional* abordou a abolição em quase todas as suas edições em 1888 e que o número de itens foi mais do que o dobro de seu concorrente, a diferenciação fica mais evidente. Essa percepção é reforçada por um dado que não está disponível no quadro, mas que merece ser informado. Na edição comemorativa de 20 de maio de 1888, *O Cachoeirano* publicou

³⁰ Todas as fontes citadas podem ser consultadas no endereço: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Talvez seja válido um esclarecimento metodológico diante da adoção dessa ferramenta digital: optei por realizar a leitura de todas as páginas de cada edição ao invés da busca por palavras-chave no espaço “pesquisar”.

³¹ O percentual apresentado nesse quadro e no próximo foi obtido a partir da proporção de edições de cada ano que continham pelo menos uma publicação sobre o tema (ou da categoria). Para exemplificar: no ano de 1888 foram pesquisadas 31 edições do jornal *O Constitucional*; dentro desse total, 30 edições (96,7%) mencionavam o tema em pelo menos uma publicação. Optei por apresentar entre parênteses o total de publicações para dimensionar a ênfase dada pela edição a determinados assuntos.

cinco itens, entre primeira página, editorial e notícias, a respeito do tema. Enquanto isso, *O Constitucional* dedicou praticamente toda a edição ao assunto. Ao todo, foram 12 itens que rechearam suas páginas com diversas notícias, além do editorial e da primeira página, relatando as comemorações locais, nacionais e até internacionais do “glorioso ato de 13 de maio” bem como outros assuntos a ele relacionados. O conteúdo de ambas as edições comemorativas foi bastante parecido, destacando-se a unanimidade do tom festivo das edições que procuravam enfatizar a felicidade geral da nação, elogiar os responsáveis pela abolição, aconselhar os ex-senhores sobre a nova situação e manifestar as expectativas em relação aos “novos cidadãos”. Contudo, um olhar atento percebe que, logo após a abolição, foram estabelecidas semelhanças e diferenças importantes entre os dois periódicos em relação às narrativas sobre o evento. Se por um lado havia concordância no tom festivo das publicações, por outro sua quantidade e os personagens destacados (ou seus papéis) divergiram significativamente. Essas posições seriam mais bem definidas ao longo dos meses seguintes e merecem uma análise mais cuidadosa. Tendo esse objetivo em vista, apresenta-se o quadro abaixo no qual as publicações sobre o tema foram distribuídas de acordo com categorias significativas.

Quadro 2. A abolição nos jornais de Cachoeiro de Itapemirim-ES por categorias

	O Constitucional (31 edições)	O Cachoeirano (31 edições)	O Constitucional (40 edições)	O Cachoeirano (45 edições)
Categorias	1888		1889	
Agradecimentos à Monarquia e/ou ao Gabinete 10 de Março	22,6% (14 publicações)	3,2% (1 publicação)	2,4% (1 publicação)	-
Agradecimento aos abolicionistas	9,7% (7 publicações)	12,9% (5 publicações)	2,4% (1 publicação)	8,9% (4 publicações)
Agradecimento ao povo	6,4% (2 notícias)	12,9% (6 notícias)	2,4% (1 publicação)	6,6% (3 notícias)
Comemoração	22,6% (30 notícias)	12,9% (7 notícias)	-	6,6% (3 notícias)
Culpabilização da Monarquia	-	41,9% (19 notícias)	-	17,7% (10 notícias)
Culpabilização do Gabinete	-	25,8% (12 notícias)	-	4,4% (2 notícias)
Culpabilização dos escravos	3,22% (1 notícia)	-	-	-
Elogio / Visão positiva	58% (53 notícias)	16,2% (9 notícias)	30% (12 notícias)	8,9% (4 notícias)

	O Constitucional (31 edições)	O Cachoeirano (31 edições)	O Constitucional (40 edições)	O Cachoeirano (45 edições)
Categorias	1888		1889	
Crítica / visão negativa	25,8% (8 notícias)	67,7% (35 notícias)	19,5% (8 notícias)	22,2% (11 notícias)
Conselhos aos ex-escravos	6,4% (3 notícias)	-	-	2,2% (1 notícia)
Conselhos aos ex-senhores	(41,9%) (18 notícias)	19,3% (6 notícias)	2,4% (1 notícia)	-
Assistência aos ex-escravos	-	19,3% (7 notícias)	-	-
Assistência aos ex-senhores	61,3% (22 notícias)	54,8% (26 notícias)	14,6% (6 notícias)	4,4% (2 notícias)
Ingratidão dos ex-escravos	9,7% (3 notícias)	9,7% (3 notícias)	-	6,6% (3 notícias)

Fontes: HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Cachoeirano e O Constitucional*, 1888-1889.

A tabela evidencia a concordância de ambos os periódicos com a narrativa da imprensa de outras províncias, especialmente da Corte, a respeito dos principais personagens relacionados à abolição:³² a monarquia e o gabinete 10 de março, intimamente relacionados nos discursos; os abolicionistas; e o povo. Todavia, nota-se que a valorização do lugar ocupado por esses personagens foi variável e conflitante, o que levanta suspeitas sobre a recepção local da Lei apenas entre “flores e sorrisos” e, assim, denuncia o trabalho de construção da memória na edição especial.

O Constitucional enfatizou os agradecimentos e elogios à Princesa Imperial Regente, ao Imperador D. Pedro II e ao Gabinete liderado por João Alfredo pelo “glorioso ato da abolição” em várias edições, especialmente no ano de 1888. Enquanto isso, *O Cachoeirano* rendeu homenagem a tais personagens apenas uma vez na edição comemorativa. A partir daí, eles apareceram relacionados ao evento, porém não de forma elogiosa. Em oposição ao que fez o jornal conservador, o periódico de tendência republicana passa a culpá-los pelo desfecho da questão servil, que teria colocado em perigo o que considerava ser o sustentáculo da economia local e nacional, isto é, a grande lavoura. É preciso deixar claro que não se trata de oposição à abolição, uma vez que se evitava a crítica direta ao ato em si. Como pode ser apreciado no quadro 2, em alguma medida, a abolição aparece elogiada em ambos os periódicos, que a relacionavam ao

³² MORAES, 2012.

progresso e a apontavam como o último obstáculo que impedia o desenvolvimento do país. Opinião, aliás, compatível com os demais jornais defensores da abolição e até mesmo com o órgão responsável naquele momento por escrever a história no país, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.³³ Todavia, é necessário enfatizar que o periódico que mais se aproximou da campanha abolicionista em Cachoeiro de Itapemirim assumiu uma postura predominantemente crítica em relação à forma do evento poucas semanas após sua ocorrência.

Em uma série de artigos intitulada “A nova bandeira”, publicada na primeira página do periódico a partir de três de junho, *O Cachoeirano* procurou esclarecer sua visão sobre o evento, oferecer conselhos à sociedade sobre os caminhos que deveriam ser percorridos a partir de então, indicar as melhores formas de ajudar a lavoura e ressaltar sua visão a respeito do desfecho da questão servil. No artigo de estreia, isso fica evidente com a lembrança da própria contribuição, com a exaltação do Partido Liberal na luta abolicionista e dos propagandistas de forma geral. Contudo, se nessa edição houve crítica à “instituição vil, legado bárbaro da metrópole”, a partir do segundo artigo da série, o tom se modifica:

Já censuramos a precipitação havida na promulgação da lei, já desnudamos a incoerência de princípios dos partidos militantes; e já apontamos a ineficácia da lei ante o estado atual do país. [...]

Com efeito sem o menor aviso prévio, sem que qualquer providência fosse tomada – a abolição da escravatura fez-se. [...] A lei afeta ao progresso do país porque os nossos legisladores e o nosso governo de nada cuidaram senão da lei, de modo que as medidas preparatórias ficaram no olvido, pela pressa de adquirirem jus às glorificações nacionais e estrangeiras.³⁴

O suposto *desejo pelas glorificações nacionais e estrangeiras* era uma acusação realizada antes do 13 de maio pelos escravistas aos abolicionistas, sendo comum até o final do ano de 1887 no jornal conservador local. Entretanto, a partir da série “A nova bandeira”, *O Cachoeirano* passa a empregá-la para criticar o partido no poder, isto é, o Conservador. Defendendo que a “grandiosa medida foi uma surpresa, inclusive mesmo para os abolicionistas intransigentes, talvez mesmo para o próprio ministério que a levou

³³ MORAES, 2007.

³⁴ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Cachoeirano*, n. 24, 17 de junho de 1888, p. 1.

avante”³⁵ o periódico se opunha à narrativa do concorrente que, seguindo a tendência da Imprensa na Corte favorável à abolição, procurou explicá-la como resultado de um longo processo legal, que teria se iniciado em 1831 com a proibição do tráfico, passado pela Lei do Ventre Livre, em 1871, e pela Lei dos Sexagenários, em 1885, conforme destacado na primeira página da edição comemorativa.

A crítica de *O Cachoeirano*, portanto, se inicia com foco no Gabinete comandado pelo Partido Conservador, que estando no poder, aprovou uma legislação que era bandeira do partido de oposição e, mais grave, de forma “atropelada, sem franqueza”, sem tomar medidas correlativas que amparassem os lavradores e os “cidadãos de 13 de maio”. Contudo, como se nota no quadro 2, o personagem mais criticado pelo periódico não foi o gabinete de 10 de março.

Após declarar-se como órgão republicano, em 29 de julho de 1888, *O Cachoeirano* iniciou a publicação de uma nova série intitulada “A nova phase”, escrita pelo correligionário Afonso Cláudio de Freitas Rosa, um dos mais proeminentes abolicionistas do Espírito Santo. O autor, que viria a ser o primeiro presidente do Estado após a proclamação da República, procurava refutar os comentários sobre a conversão de ex-senhores ao movimento republicano por despeito ou interesse em indenização, bem como defender a república como único caminho possível diante da traição da monarquia. Redirecionava-se, assim, a crítica ao Partido Conservador ou ao Governo de João Alfredo para o próprio regime monárquico. Para Afonso Cláudio, “à monarquia cabe todo o peso de responsabilidade que deriva da extinção da escravidão sem outra instituição mais adequada às luzes do tempo que a substituísse desde logo”; de forma especial, seria culpada a Princesa Isabel, já que enquanto os ministros falavam em prazos e aparelhamento da lavoura, ela se reservava “ruminando a surpresa com que devia ganhar celebridade e garantir-se no trono.”³⁶ Isso não quer dizer que o Gabinete conservador foi poupado, contudo apareceu em *O Cachoeirano* a partir daí como objeto de manipulação da monarquia que, ao final, agiria em benefício próprio, desrespeitando as normas do jogo político.

³⁵ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Cachoeirano*, n. 23, 10 de junho de 1888, p. 1.

³⁶ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Cachoeirano*, n. 33, 12 de agosto de 1888, p. 1.

É importante ressaltar que não se defende uma correlação direta entre a abolição da escravidão e o movimento republicano local. Como já demonstrado por Karulliny Siqueira,³⁷ o republicanismo no Espírito Santo é anterior à abolição e se fundamenta em questões não relacionadas à escravidão. Contudo, é inegável que os líderes do republicanismo em Cachoeiro de Itapemirim e correligionários de outras partes da província souberam explorar a abolição em benefício de seu movimento. O trecho destacado evidencia essa estratégia e ressalta uma característica fundamental de seu abolicionismo, que permite compreender seu posicionamento crítico frente à “precipitação da lei”.

O movimento abolicionista capixaba, sendo conduzido principalmente por pessoas mais abastadas,³⁸ não ultrapassou a fase legalista. Filho e neto de fazendeiros escravistas, formado em Direito, Afonso Claudio representa perfeitamente aquela categoria de abolicionistas do Espírito Santo que defenderam o fim da escravidão, porém de forma que não prejudicasse os interesses privados. Sua visão jusnaturalista e legalista,³⁹ predominou em sua militância na causa abolicionista e não seria abandonada após o 13 de Maio. Dessa forma, é compreensível seu posicionamento sobre o assunto na série “A nova phase” iniciada no primeiro número do periódico após se reconhecer como republicano:

A lavoura sabia q o escravo não era perpétuo; mas em face de tão momentoso problema, tomou deliberações que se fossem secundadas pelo governo trariam prosperidade ao país. Não exigia impossíveis; o que a lavoura pedia era que lhe garantissem o trabalho por meio de medidas repressivas da vagabundagem, pelo suprimento de capitais que auxiliassem o aproveitamento das colheitas [...] pela sábia previsão das coisas, de modo que fossemos um país de homens livres, mas não precisássemos pedir a Europa capitais e braços como verdadeiramente mendigos que ficamos sendo. O que em suma a lavoura pedia era que a liberdade fosse garantia de trabalho e não passaporte para a miséria.

Os pérfidos fingiram que nada entenderam e depois de desfechado o golpe na pior ocasião – a da colheita – contentam-se em dizer – o melhor que a lavoura faz é vir hipotecar-se de acordo com o novo projeto [...].

³⁷ SIQUEIRA, 2016.

³⁸ PICOLI, 2009.

³⁹ CAMPOS, 2000.

A lei de 13 de maio foi saudada com vivos entusiasmos, é certo; mas ninguém houve que não se sentisse em perigo quando as medidas complementares prometidas pelo governo e reclamadas pela nação, deixaram de acompanhar a lei redentora, suspendendo-se de chofre a vida da propriedade, como a circulação do sangue do corpo. E pensaram que tudo isso se faria impunemente [...].

Não, a lavoura procedeu com critério e a do Espírito Santo devia ser solidária com a das três grandes províncias [SP, RJ e MG], imitando-lhe o exemplo honroso, porque há um inimigo comum a combater – a monarquia – e para tanto é mister a concentração e esforço coletivo tendo um único fim: destruí-lo.⁴⁰

A posição de Afonso Cláudio foi, portanto, coerente com a observada no periódico republicano: saudou-se a abolição, cuja bandeira fora levantada antes do 13 de maio, mas com críticas ao governo pela ausência de medidas complementares, que evidenciavam sua grande preocupação com a lavoura, especialmente a que produzia o principal produto de exportação da província – o café. Os dados do quadro 2 são claros a esse respeito ao exhibir a diferença substancial entre as publicações que demonstraram preocupações com a assistência aos ex-escravos e aos ex-senhores.

Enquanto *O Constitucional* não fez nenhuma publicação sobre as necessidades materiais ou “morais” dos libertos após a abolição, *O Cachoeirano* não as ignorou completamente. No entanto, é preciso reconhecer que ao longo do ano de 1888 foram apenas 19,3% das edições que manifestaram alguma preocupação com a assistência aos “novos cidadãos”. No ano de 1889 não se encontrou nenhuma nessa categoria.

Logo após o 13 de maio, no período no qual predominou o clima de celebração da vitória, para a qual se reivindicava a própria contribuição e, portanto, uma visão otimista em relação à abolição, *O Cachoeirano* explicitou os desafios da nova fase e ofereceu propostas para superá-los, bem como incentivou seu público através de notícias e artigos elogiosos aos lavradores que adotavam suas sugestões, como a abertura de aulas noturnas para os ex-escravos. Naquele momento, então, houve espaço para reconhecer a necessidade de “leis correlativas à lei n. 3.353, amparando os cidadãos de 13 de maio, que foram gastos no trabalho escravizado e que hoje só podem servir de trambolhos aos

⁴⁰ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Cachoeirano*, n. 32, 05 de agosto de 1888, p. 2.

proprietários rurais” uma vez que, em sua opinião, eles não haviam sido libertos apenas da escravidão, mas também “de todos os recursos, quer materiais quer morais”.⁴¹ Tal posição apareceu nas quatro primeiras edições após a abolição e em outras duas no final do ano nas quais se defendeu a assimilação dos ex-escravos à sociedade sob a tutela das elites; a instrução dos libertos e descendentes; uma nova forma de tratamento dos trabalhadores libertos; o cuidado com os “ex-ingênuos”; a equiparação das vantagens oferecidas aos imigrantes e nacionais. Na edição comemorativa, o periódico havia afirmado que:

Cumpre a nós que tudo negamos aos atuais libertos, tudo ensinar-lhes e moralmente libertarmos-nos de todas as culpas em que incorremos para atualidade das coisas. [...]

Extinto o escravo, por honra nossa, não está extinta a lavoura; ela tende a aumentar e progredir. Não será atualmente o elemento antagônico que nela trabalhará, será o elemento consciente que pretenderá haurir da terra tudo o que ela puder dar para maiores proventos obter. Aos novos cidadãos, que para constituição de nossa pátria têm concorrido com o trabalho e com o sangue, é preciso facilitar a sua livre assimilação a essa pátria, a qual foram violentamente anexados pelos nossos antepassados. [...]

Dessa qualidade [submissão espontânea aos “superiores”], que só o egoísmo pode desconhecer no africano, resulta a possibilidade de constituir livremente os trabalhadores rurais em estabelecimentos agrícolas, com uma disciplina menos severa do que a dos nossos exércitos de terra e mar, desde que nesses estabelecimentos eles encontrarem as doçuras de uma civilização cujos amargores até hoje só tem provado.

Ensinemos e não exploremos.⁴²

É interessante observar que nem mesmo nas poucas publicações que reconheceram as necessidades dos libertos esteve ausente a preocupação central com a lavoura. Mais do que reconhecer a exploração sobre os antigos escravizados, *O Cachoeirano* procurou acalmar e aconselhar os lavradores sobre a nova situação, lembrando-lhes a contribuição dos libertos para o engrandecimento da pátria e indicando-lhes os melhores caminhos para sua assimilação e disciplina para o benefício de todos. A assimilação da “raça redimida”, útil até aquele momento, permitiria a “libertação” da raça

⁴¹ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Cachoeirano*, n. 23, 10 de junho de 1888, p. 1.

⁴² HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Cachoeirano*, n. 5, 20 de maio de 1888, p. 2.

redentora e civilizada, isto é, o alívio moral em relação à culpa pela escravização. Além disso, permitiria a continuidade de seu aproveitamento a partir de duas medidas: a instrução e o trabalho. Outra publicação, na qual o periódico manifestou a suspeita de que muitos senhores estariam se apresentando para serem tutores de “ex-ingênuos” com a intenção de instituir uma “segunda escravidão”, reforçaria sua perspectiva:

Conhecemos que o trabalho é necessário, que o trabalho nobilita o homem, que a ociosidade acarreta muitos vícios, torpezas e crimes hediondos, mas essas crianças, à par com o trabalho, precisam receber educação e instrução para que esqueçam-se dos transe porque passaram seus progenitores e inspirem-se nos verdadeiros deveres de cidadãos.⁴³

Deve-se reconhecer que há uma preocupação com a escravização dos “filhos da lei Rio Branco” por lavradores inconformados com o fim da escravidão, no entanto, isso não diminuiu a atenção do periódico com a disponibilidade de mão de obra para a lavoura. Aliás, ser contra a escravização e a “exploração” não significava ser contra a imposição de disciplina aos libertos e seus descendentes, pois assim como na citação precedente, houve manifestação sobre o assunto, intimamente relacionado a sua proposta de ensino. Neste caso, defendeu-se a criação de “tribunais correccionais e leis severas para a repressão da vagabundagem; [pois] qualquer delas prestará ao país serviços de imenso valor, impedindo o contágio do vício e aumentando o trabalho rural e urbano”.⁴⁴ Uma vez que o “ensino controla os instintos” e é útil para esquecer o passado e suficiente para libertar-se de todas as culpas pela escravização, ele presta-se ao controle da mão de obra, indicando o tipo de assimilação pensada para os ex-escravos. Sua visão sobre aqueles sujeitos, portanto, não se diferenciava do pensamento de escravocratas, mas também de emancipacionistas, que há muito manifestavam sua preocupação com a dedicação espontânea ao trabalho por parte dos libertos.⁴⁵ Ademais, a preocupação com o trabalho – evidente nas páginas de *O Cachoeirano* –, mesmo por parte de abolicionistas, aumentou à medida que as comemorações pela Abolição diminuíram, o que indica que “a liberdade

⁴³ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Cachoeirano*, n. 21, 27 de maio de 1888, p. 1.

⁴⁴ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Cachoeirano*, n. 21, 27 de maio de 1888, p. 1.

⁴⁵ ALBUQUERQUE, 2010.

então concedida não abria mão do exercício de autoridade e da tutela sobre estes novos cidadãos, ou melhor, quase cidadãos”.⁴⁶

Os aconselhamentos direcionados aos libertos pel’ *O Cachoeirano*, bem como a manifestação sobre sua alegada ingratidão, presentes em ambos os periódicos analisados, reforçam a afirmação sobre o tipo de assimilação desejada, dos projetos de sociedade pensados para depois do 13 de maio. Como exemplo, pode-se citar o artigo intitulado “Efeitos da abolição” publicado em julho de 1888 pelo periódico republicano. Em tom de indignação, o articulista lembrava aos leitores que o coronel Joaquim Gomes Pinheiro havia aberto uma escola em sua propriedade para “os filhos de *seus* libertos e para a pobreza dos arredores” (grifo nosso). No entanto, a resposta à “humanitária medida” não foi a esperada:

Teríamos orgulho se pudéssemos dizer que a frequência da escola era prometedora, provando assim que a lei áurea algum benefício trouxe a esses desprotegidos, mas é com pesar, com os sentimentos do patriotismo ofendido, com a comiseração para quem não sabe cumprir o seu dever – que divulgamos o fato de terem os companheiros desses menores procedido de modo inqualificável retirando-os do estabelecimento em sua companhia. [...] Assim concluimos que raras vezes os libertos satisfazerem os intuitos de seus defensores é exato; que a sedução e a conseqüente desorganização do trabalho continuará; que o juiz de órfãos deste termo e de Itapemirim necessitam explicar seus atos para ser evitado um conflito – mesmo entre os particulares e finalmente, que cada vez se torna de maior urgência a união e deliberação em comum dos interessados.⁴⁷

O Cachoeirano elenca nessa matéria os motivos pelos quais o assunto merece atenção, defendendo que seria mais propício aos libertos e seus descendentes permanecer na fazenda do coronel. Entre os tais motivos estava o potencial conflito entre fazendeiros interessados na guarda de “ex-ingênuos”, uma vez que o juiz do termo de Itapemirim e do termo de Cachoeiro haviam colocado menores sob o poder de diferentes tutores. Outro problema destacado pelo articulista estava na razão da “debandada geral” da dita fazenda que ocorreu devido à “sedução de um pequeno proprietário”. Ora, a criação da escola para

⁴⁶ ALBUQUERQUE, 2010, p. 97.

⁴⁷ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Cachoeirano*, n. 29, 15 de julho de 1888, p. 2.

os filhos dos libertos visava justamente mantê-los na propriedade onde foram escravizados – no caso dos filhos, explorados de acordo com a Lei Rio Branco. Ao utilizar a condição de livres para decidir em qual estabelecimento agrícola trabalhariam, rejeitando as “vantagens” oferecidas pelo ex-senhor, os libertos foram apontados como incapazes de decidir por conta própria seu futuro, além de ingratos e, portanto, parcialmente responsáveis pela desorganização do trabalho que será destacada pelo periódico no restante do ano – o que aparece no quadro 2 na categoria “crítica/visão negativa”. O uso do pronome possessivo “seu” para relacionar os libertos e o proprietário da fazenda denuncia a dificuldade de perceber a ação dos ex-escravos como um exercício da cidadania. Em sua visão, o abandono da fazenda não seria, portanto, apenas responsabilidade dos “novos cidadãos”, mas também o resultado da falta de união dos lavradores que seduziriam trabalhadores alheios tal como ocorria durante o período da escravidão. Daí o clamor de *O Cachoeirano* para uma aliança entre os “interessados”, isto é, os grandes proprietários agrícolas. Neste ponto, houve uma concordância entre os periódicos locais que procuraram enfatizar a necessidade de medidas para conter a desorganização do trabalho e “incentivar” os trabalhadores. A série “O presente” publicada pelo *O Constitucional* durante o mês de junho de 1888 é ilustrativa a esse respeito. Um dos artigos sintetiza sua posição:

É necessário haver um certo acordo entre todos os lavradores vizinhos, a fim de que tanto quanto possível haja uma certa uniformidade e para que se evitem as seduções dos trabalhadores de um estabelecimento para o outro. [...] se estabeleça um convênio entre todos os agricultores para que não receba o operário que se despediu do serviço do outro se fez por sua livre vontade exigindo então um atestado de conduta e procedimento. Conserve cada um os seus trabalhadores, despeça-os quando quiser, engaje outros, porém não perturbe a ordem dos estabelecimentos vizinhos, indo buscar neles os braços, de que precisar.⁴⁸

O Constitucional se manteve fiel às diretrizes do Partido Conservador após o 13 de maio, o que se refletiu em sua narrativa da abolição. Como pode ser observado no quadro 2, enquanto o periódico concorrente assumiu uma postura crítica diante do evento,

⁴⁸ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Constitucional*, n. 8, 10 de junho de 1888, p. 1.

procurando culpabilizar o gabinete 10 de março e, especialmente, a monarquia, *O Constitucional* apresentou uma posição diferente.

Antes de observarmos mais detalhadamente os dados, é importante lembrar que o apego à escravidão no Espírito Santo foi observado até o final da instituição. Conforme lembrado por Vilma Almada, se os paulistas foram abolicionistas de última hora, os capixabas só o foram “depois de soada a hora da libertação”.⁴⁹ Essa afirmação é atestada pela história do município de Cachoeiro de Itapemirim, que surge em meados do século XIX no contexto da expansão da cultura cafeeira e, mesmo num período marcado pelo decréscimo da população escrava no Brasil, contribuiu preponderantemente para que o Espírito Santo ocupasse o segundo lugar em concentração escrava do país em 1872. Para se ter dimensão da força da escravidão na região, em 1857, o então distrito de Caxoeiro possuía 2.739 habitantes, sendo 1.254 deles escravizados.⁵⁰ Em 1872, o número de pessoas escravizadas havia saltado para 7.482, isto é, cerca de 40% da população total do município.⁵¹ A intensificação do abolicionismo na década de 1880 não modificou drasticamente a paisagem local, uma vez que em 1887, segundo o levantamento realizado por exigência da lei n. 3.270, de 28 de Setembro de 1885, 6.965 pessoas foram matriculadas e 259 arroladas.⁵² A concentração de, aproximadamente, a metade da população escravizada da província espírito-santense, que de acordo com o mesmo levantamento mantinha 13 mil pessoas na condição escrava, destaca o lugar de Cachoeiro de Itapemirim como baluarte do escravismo no Espírito Santo. Diante disso, não são surpreendentes as posições dos dois periódicos do município antes da abolição: enquanto *O Cachoeirano* mesclou conteúdos abolicionistas (moderados, vale lembrar) com anúncios de venda ou de captura de escravos até a abolição, *O Constitucional* se manteve em atitude oposicionista até o gabinete de João Alfredo anunciá-la como prioridade de governo.⁵³ A resistência local à abolição, portanto, é um elemento indispensável para, juntamente com o conhecimento da posição política de cada jornal, compreender as

⁴⁹ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e transição, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p. 200.

⁵⁰RIBEIRO, Geisa Lourenço. *Enlaces e desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)*. Dissertação (Mestrado). Vitória: Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, 2012. 201 f.

⁵¹CENSO, 1872.

⁵²A lei dos sexagenários fazia a diferenciação entre os escravos em idade de continuar o trabalho e aqueles que deveriam ser contemplados pela lei. Daí a diferença de nomenclatura. HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Constitucional*, n. 31, 26 de abril de 1887, p. 2.

⁵³RIBEIRO, 2019.

narrativas criadas sobre aquele fenômeno. Voltemos aos personagens destacados por cada um deles para aferir essa afirmação.

Nas páginas de *O Cachoeirano*, o personagem mais lembrado de forma positiva pela abolição é o povo, seguido pelos abolicionistas. A Princesa Isabel e o gabinete são saudados apenas formalmente na edição comemorativa, como já apontado. Enquanto isso, *O Constitucional* vai direcionar seus agradecimentos e elogios para a Monarquia e o gabinete conservador. Apenas secundariamente elogia os abolicionistas e, em último lugar, o povo. Não deve ter sido fácil para o jornal fazer tais elogios, uma vez que até a última edição do ano de 1887 mantinha forte oposição aos propagandistas da abolição. Talvez seja por isso que a homenagem aos abolicionistas tenha ocorrido de forma generalizada ou direcionada às principais figuras nacionais, como José do Patrocínio, Carlos de Lacerda e Joaquim Nabuco. Os abolicionistas locais não foram citados em nenhum momento, nem mesmo João Paulo Ferreira Rios, elogiado pelo concorrente como o mais ativo batalhador da causa dos escravos naquele município.

Além dos elogios à monarquia e ao gabinete 10 de março, concentrados nas primeiras semanas após o fim do regime escravista com apenas algumas eventuais publicações ao longo dos meses seguintes, *O Constitucional* diversificou as estratégias de construção de sua narrativa sobre o evento. Inicialmente, nota-se que a louvação da “redentora” e do gabinete é acompanhada por uma grande cobertura das comemorações nos níveis local, nacional e internacional.

As festas de maio de 1888, na Corte, em diversas províncias e na Argentina; as muitas homenagens realizadas – ou pensadas – nos meses seguintes, como o recebimento da Rosa de Ouro pela Princesa Isabel ou a possibilidade de construção de bustos de abolicionistas, receberam destaque em textos de colaboradores ou por meio de transcrições de outros jornais. Os três dias de festas no município foram detalhados pelo periódico, segundo o qual, no dia 15 de maio, quando se recebeu o telegrama com a gloriosa notícia, os libertos percorreram a vila de Cachoeiro dando vivas à liberdade e acompanhando a passeata formada espontaneamente para o festejo, que continuou nos dois dias seguintes reunindo “grande massa popular composta de pessoas de todas as classes sociais sem distinção de cores políticas, nem de nacionalidade”.⁵⁴ O esforço para

⁵⁴ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Constitucional*, n. 5, 20 de maio de 1888, p. 2.

demonstrar a “alegria geral” pela libertação dos escravos e a “consequente” elevação do país aos olhos do mundo foi tal que o número dessas notícias chegou a superar a soma das publicações elogiosas a todos os demais personagens. Sua prodigalidade na área pode ser comparada com seu concorrente local, que publicou cerca de quatro vezes menos sobre o assunto. Na edição comemorativa, o periódico convidou a “todos quanto se interessem verdadeiramente pelo progresso nacional” para se reunirem no dia 24 daquele mês para organizar a melhor forma para celebrar o dia 13 de maio, já que as festas anteriores não estariam à altura do evento. O convite era acompanhado por uma explicação: “é preciso que mostremos ao país que nós, habitantes de um município agrícola, não somos indiferentes ao grandioso acontecimento que excita em entusiásticos transportes a alma nacional”.⁵⁵ A iniciativa do periódico, que procurava organizar comemorações oficiais, à exemplo do que seus pares realizaram na Corte, não parece ter sido bem sucedida, já que na edição seguinte informou-se sobre o adiamento da reunião para data a ser marcada no futuro, mas não se verificou em suas páginas notícias que atestassem a realização da festa.

A ênfase sobre as comemorações, que teriam chegado a “todas as fazendas” do município, contudo, não foi suficiente para impedir a propagação de “boatos” sobre a ação de descontentes. Segundo publicação realizada na seção “Declarações”, o responsável pela banda de música local negou o rumor sobre a proibição que teria sido imposta pelo delegado Francisco de Souza Monteiro Sobrinho – membro de uma das mais importantes famílias de cafeicultores da região – para a apresentação durante o cortejo cívico de comemoração à libertação dos escravos.⁵⁶ Verdade ou não, o fato levanta a suspeita de que a abolição não teria despertado apenas sorrisos em todos os integrantes da localidade.

A ampla cobertura das celebrações estava intimamente relacionada à postura inicial do jornal conservador de apresentar a Princesa Isabel e o gabinete de 10 de março como os principais responsáveis pelo “glorioso ato de 13 de Maio” e ao outro pilar de sua narrativa, intimamente relacionado ao anterior: refutar os ataques à monarquia e ao Partido Conservador. O quadro 2 evidencia a ausência de críticas diretas a esses personagens, o que pode ser considerado um dos diferenciais mais significativos em

⁵⁵ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Constitucional*, n. 5, 20 de maio de 1888, p. 4.

⁵⁶ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Constitucional*, n. 5, 20 de maio de 1888, p. 4.

relação ao concorrente. Além disso, deve-se destacar que, à medida que as comemorações escasseavam e as críticas de *O Cachoeirano* aumentavam, o jornal conservador modificou a narrativa sobre a abolição, mas sustentou sua decisão de preservar a monarquia e o partido de apreciações negativas. A partir de então, defende-se a inevitabilidade do evento, como expresso no terceiro editorial da série “O presente”:

De nada vale o desânimo, o desespero ou a revolta contra o estado presente de coisas. As dificuldades que agora se apresentam principalmente à nossa classe agrícola não são insuperáveis. É necessário que os nossos lavradores se convençam que nas suas próprias mãos está o seu destino. [...]

Um país, que possui os elementos naturais de que o nosso dispõe, não pode sucumbir por efeito de uma transformação inevitável como a que acaba de operar-se.⁵⁷

Diante do descontentamento de seu público leitor, a classe agrícola, o periódico procura retirar a responsabilidade dos personagens que anteriormente havia exaltado. Sob a nova perspectiva, a acusação de “revolucionário” dirigida a João Alfredo seria indevida, pois enquanto chefe, ele apenas teria agido de acordo com as circunstâncias. Além disso, prossegue, o jornal, “é também injusta a acusação porque importa negar o que está na mente de todos e é que a abolição não se realizou por obra deste ou daquele partido, mas sim foi determinada pela própria nação.”⁵⁸

É neste contexto de reconstrução da memória da abolição, que o jornal invoca a responsabilidade dos ex-escravos no processo. Manifestando seu descontentamento com os correligionários inconformados com o desfecho da questão servil e que, portanto, criticavam a monarquia e o gabinete, *O Constitucional* reproduziu na primeira página um artigo originalmente publicado pela *Gazeta de Notícias*, que seria citado durante as semanas seguintes para reforçar seu posicionamento. Em uma passagem sobre a conversão ao abolicionismo de Antônio Prado, integrante do gabinete anterior, afirmou-se:

O que S. Ex. fez, foi ver, como homem de bom senso que é, o novo elemento que entrava na campanha abolicionista, e a impossibilidade em que se achavam os poderes públicos de lutar com ele, o próprio escravo.

⁵⁷ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Constitucional*, n. 9, 17 de junho de 1888, p. 1.

⁵⁸ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Constitucional*, n. 12, 08 de julho de 1888, p. 1.

Foi por ocasião do êxodo dos pretos paulistas, abandonando aos centos as fazendas, passando silenciosos e ordeiros pelas cidades, e lutando só quando a força armada tentou embargar-lhes o passo, que S. Ex. viu que era chegada a hora do partido conservador a ocasião de ceder.⁵⁹

É importante lembrar que o mencionado abandono das fazendas pelos escravos, abordado pela historiografia há muito tempo,⁶⁰ se serviu de convencimento dos conservadores de outras paragens, não parece ter provocado o mesmo efeito em Cachoeiro de Itapemirim. Na verdade, até o momento atual das pesquisas, não há registros de eventos similares neste município o que, evidentemente, não significa apatia ou conformismo com a escravidão. Afinal, deve-se considerar a multiplicidade das formas de resistência à opressão do cativo, que não podem ser circunscritas às fugas – ainda que elas tenham ocorrido –⁶¹ e a força local da escravidão manifesta na capacidade dos senhores de manter numericamente a população escrava no contexto de desestruturação do sistema e a moderação do abolicionismo local. Esse cenário esteve bem representado tanto em *O Cachoeirano* quanto em *O Constitucional* antes do 13 de maio. No caso deste último, a defesa do escravismo se fazia sentir de forma evidente em suas publicações até o final de 1887, entre outros elementos, pelo silêncio a respeito das libertações espontâneas que, vez ou outra, eram publicadas no concorrente com o expresso objetivo de animar os senhores mais aferrados à escravidão a seguirem o exemplo.⁶² Reiteramos que foi somente após a posse do gabinete de João Alfredo e, portanto, com a mudança de postura do Partido Conservador, que a oposição do jornal à abolição desmorona. Sob o comando do mesmo redator, *O Constitucional* muda radicalmente de postura, passando a exaltar a solução proposta pelo gabinete 10 de março e a discutir medidas correlatas que

⁵⁹ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Constitucional*, n. 11, 01 de julho de 1888, p. 1

⁶⁰ Cf. MORAES, Evaristo. *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*. 2 ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986; CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da abolição*. 2. ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010; SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; DRESCHER, Seymour. A abolição brasileira em perspectiva comparativa. *História Social*, Campinas-SP, n. 2, 115-162, 1995.

⁶¹ O trabalho pioneiro de Robson Martins sobre a resistência negra no Espírito Santo procurou destacar as fugas como estratégias utilizadas pela população escravizada no sul da província em busca da liberdade nos anos finais da escravidão. Contudo, considero importante pensar em outras estratégias de resistência além das fugas, como o fizeram João José Reis e Eduardo Silva no clássico “Negociação e conflito”. Ainda sobre a questão das fugas na desestruturação do sistema escravista, considero oportuno o questionamento realizado por João Pedro Marques. Cf. MARTINS, Robson Luís Machado. *Os caminhos da liberdade: abolicionistas, escravos e senhores na Província do Espírito Santo 1884-1888*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1997; REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; MARQUES, João Pedro. *Who abolished slavery? Slave revolts and abolitionism. A debate with João Pedro Marques*. Edited by Seymour Drescher & Pieter C. Emmer. Berghen Books. European expansion & Global Interaction, 2010.

⁶² RIBEIRO, 2019.

o governo tomaria para garantir a proteção da lavoura. Assim, após a abolição, com o crescimento do *desânimo, do desespero ou da revolta* dos fazendeiros pela ausência de ações que lhes beneficiassem diretamente, *O Constitucional* defende a inevitabilidade do processo, apelando até mesmo para a agência dos escravos. Entretanto, vale recordar que isso foi realizado apenas uma vez e foi citado exemplo de outra província. Escravos e ex-escravos do município não eram a prioridade do jornal conservador.

O esforço para desresponsabilizar a monarquia e o gabinete encontrava amparo na narrativa da abolição como resultado de um longo processo legal, iniciado em 1831. Em outras palavras, embora tenha mudado os papéis dos personagens envolvidos, os principais elementos da narrativa inicial são mantidos e utilizados para reforçar uma visão positiva da abolição ainda que se reconhecesse, em menor escala, os desafios da nova situação. Nas palavras do periódico, “a mutação que se operou a 13 de maio último era inevitável; teve somente por fim extinguir uma anomalia que nos colocava em posição excepcional e desairosa diante do mundo civilizado”.⁶³ A desorganização do trabalho, consequência negativa do 13 de Maio, seria algo temporário e de fácil solução através do aumento do fluxo da imigração europeia e, principalmente, pela capacidade de ação dos lavradores. À semelhança do concorrente local, *O Constitucional* clamou aos seus leitores que formassem uma aliança para enfrentar a *nova fase* e procurou incentivar as iniciativas independentes do Governo. Tendo em suas mãos o poder sobre seu destino, os lavradores deveriam fazer “ver aos novos cidadãos a sua posição atual e quais os deveres que ela lhes impõe”.⁶⁴

É interessante observar que mesmo com posições políticas e ideológicas distintas, o que lhes conduzia a estipular papéis antagônicos para os mesmos personagens centrais em suas narrativas, há uma concordância evidente entre os dois periódicos sobre sua visão em relação ao pós-abolição no que diz respeito aos lugares sociais pensados para ex-escravos e ex-senhores. Ambos pontuaram insistentemente o trabalho como o meio de assimilação dos *novos cidadãos à pátria livre*, assim como defenderam a ação dos lavradores na promoção dessa assimilação, pois só assim, os efeitos negativos do 13 de maio poderiam ser superados. Dito de outra forma, sua preocupação essencial com os grandes cafeicultores não cessou com a nova lei, tendo guiado suas narrativas. A edição

⁶³ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Constitucional*, n. 08, 10 de junho de 1888, p. 1.

⁶⁴ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Constitucional*, n. 08, 10 de junho de 1888, p. 1.

especial, publicada em 20 de maio, na qual se pregava a felicidade geral por causa do evento, foi uma tentativa de construção de memória homogênea e sem conflitos que não se sustentou nos meses seguintes. Aliás, a passagem do primeiro aniversário da Lei Áurea é sintomática:

13 de Maio

É amanhã o aniversário da grande lei que aboliu a escravidão, esse esquecimento da nossa sociedade pelas leis da natureza, que durou tantos anos, e que nos condenou a sofrer o castigo da injustiça.

Esse povo de hilotas está banido da nossa sociedade e hoje só existem cidadãos brasileiros, que procurando o trabalho, base de todas as sociedades, aí encontrarão a felicidade.

Os libertos congregaram-se para festejar o grande dia e nele devem renomear os mártires pela sua liberdade esquecendo ódios e vinganças.⁶⁵

Uma pequena nota na edição seguinte confirma a realização dos festejos pelos libertos na vila de Cachoeiro e em uma fazenda da região e faz uma breve análise de seu comportamento em cada um desses lugares. Essas notas chamam atenção pelo fato da lei recebida entre *flores e sorrisos* por toda a população, segundo os jornais do ano anterior, ser vista em seu primeiro aniversário como algo a ser celebrado apenas pelos ex-escravos. Em segundo lugar, nota-se a presença constante das expectativas e tentativas de direcionamento da vida dos libertos, que foi compartilhada pelo jornal concorrente, o qual não se pronunciou na ocasião por ter sido suspenso entre março e junho de 1889. Por último, destaca-se que a celebração seria uma oportunidade para “renomear os mártires” da liberdade. A nota sobre os eventos não menciona quais seriam esses heróis, porém no contexto de disputa pela memória sobre a abolição, é possível inferir a opinião do jornal:

O Governo da Princesa

[...] A princesa Izabel – a redentora – de hoje será a mesma que mandava espingardear os negros no Itu? Será a mesma que ordenava as correrias contra os abolicionistas em Campos?! Será a mesma que fizera ameaçar de incêndio as sessões abolicionistas do Polytheama, quando a palavra de José do Patrocínio vibrava contra ela os raios da negra indignação?! [...]

⁶⁵ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Cachoeirano*, n. 19, 12 de maio de 1889, p. 2.

Responda o conselheiro Ruy Barbosa na Corte, responda em Campos Carlos de Lacerda. Respondam todos os que sentiram o coração pulsar de amor da humanidade naquele tempo, e que o sentem sangrar hoje ferido o amor da Pátria pela especulação do Trono, e diante da ingratição de uma raça mal orientada!

Pobres vítimas os negros! Os mesmos que eram capitães do mato outrora prendendo-os para os levar o tronco da escravidão, fazem-se agora de zelosos autores de obra-feita com o trono para armá-los em defesa deste contra os que lhes conquistaram a liberdade, obrigando a princesa a reconhecer-lhes o direito de cidadão! [...]

A monarquia caiu fulminada pelo golpe de 13 de Maio e nos estertores de sua agonia final em vão tentará incendiar o país, nós impassíveis lhe assistiremos os termos e com flores, músicas e cantos lhes festejaremos a queda.⁶⁶

No ano de 1889, é considerável a redução do tom negativo sobre a Abolição por parte de *O Cachoeirano*, conforme atestado no quadro 2, porém a visão negativa persistiu e continuou predominante em suas publicações. Essa ambiguidade do jornal republicano, que insistia no 13 de maio como um golpe e também como uma grande lei, informou sua participação na disputa pela construção da memória da Abolição. Diante da formação da guarda negra,⁶⁷ que representaria a prova de uma *raça ingrata e mal orientada*, era necessário indicar os mártires responsáveis por sua liberdade, isto é, os abolicionistas e republicanos, e denunciar a apropriação da glória da Abolição pela *falsa redentora*. Tal flexibilização do papel ocupado pela Princesa Isabel e pelo gabinete de 10 de março diante da abolição, como visto, não foi exclusiva do jornal republicano: enquanto *O Constitucional* substituiu os agradecimentos jubilosos pela defesa da inevitabilidade do fenômeno, *O Cachoeirano* alterou sua posição entre a responsabilidade culpável e a exploração indevida da abolição.

⁶⁶ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Cachoeirano*, n. 18, 05 de maio de 1889, p. 1.

⁶⁷ De acordo com a primeira edição do jornal no ano de 1889, no dia 30 de dezembro de 1888, a guarda negra teria atacado as pessoas que participavam de uma conferência republicana na Sociedade Gynastica Francesa. O evento é visto como um ataque do governo monárquico ao movimento republicano e será rememorado ao longo de todo o ano. Sobre a guarda negra, cf. GOMES, Flávio dos Santos. No meio das Águas turvas – racismo e cidadania no alvorecer da república – a Guarda negra na Corte (1888-1889). *Estudos Afro-asiáticos*, n. 21, 1991.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a Abolição nos jornais de Cachoeiro de Itapemirim, o mais importante município cafeeiro do Espírito Santo no século XIX, no período imediatamente posterior ao 13 de maio permite questionar a homogeneidade de sentimentos jubilosos que a teriam recepcionado e perceber as influências dos interesses econômicos e políticos dos jornais locais na sua dinâmica narrativa do evento. A preocupação central com a grande lavoura e a assimilação dos *novos cidadãos* de forma considerada como útil para a sociedade, isto é, na posição de trabalhadores sem ódio ou desejo de vingança, como cidadãos passivos, permitiu mudanças na narrativa da abolição logo após a sua entusiástica comemoração.

No contexto de crescimento da animosidade entre monarquistas e republicanos, os personagens nomeados pelos dois jornais foram basicamente os mesmos, todavia seus papéis no evento foram vistos de formas opostas já que para uns a Princesa Isabel seria a redentora da raça oprimida, enquanto para os outros ela seria responsável por um golpe na lavoura.

O contraste não foi observado apenas na comparação entre os dois órgãos da Imprensa, posto que ambos modificaram em um curto espaço de tempo sua própria versão sobre o acontecimento: grandiosa lei ou golpe; fruto de um antigo desejo da Pátria ou dos interesses políticos de uma Princesa; resultado da ação da monarquia e de um Partido ou processo inevitável. Diante dessas mudanças, é necessário afirmar que elas não foram realizadas de forma definitiva, isto é, a ambiguidade da narrativa é mantida durante todo o período analisado, especialmente no que diz respeito ao periódico *O Cachoeirano*. O que não se modifica no mesmo período é o compromisso de ambos os jornais com a defesa da grande lavoura.

Para finalizar, ressalta-se que, embora as edições especiais de 20 de maio possam ser entendidas como elementos importantes de construção da memória da Abolição, elas não a cristalizaram. As pesadas críticas feitas à forma do evento, os diferentes papéis apontados para os personagens envolvidos e as expectativas e projetos para os libertos, presentes nas publicações posteriores, ajudam a perceber as contradições e conflitos vivenciados naquela sociedade no pós-abolição e que se refletiram no esforço de construção da memória da Abolição.

REFERÊNCIAS

Fontes

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *O Cachoeirano, 1888-1889*.

_____. *O Constitucional, 1888-1889*.

Obras Gerais

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Viana. É chegada a ocasião da “negrada bumbar”: comemorações da abolição, música e política na Primeira República. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45: p.97-120, jan/jun 2011.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. *História Social*, n. 19, segundo semestre de 2010.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e transição, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. *Novos estudos*, 100, nov. 2014, pp. 115-137.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.

CAMPOS, Adriana. Abolicionistas, negros e escravidão. *Dimensões*, n. 10, jan./jul. 2000, pp. 31-45.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DRESCHER, Seymour. A abolição brasileira em perspectiva comparativa. *História Social*, Campinas-SP, n. 2, 115-162, 1995.

DOMINGUES, José Petrônio. “A redenção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 19-48 – 2011.

GOMES, Flávio dos Santos. No meio das Águas turvas – racismo e cidadania no alvorecer da república – a Guarda negra na Corte (1888-1889). *Estudos Afro-asiáticos*, n. 21, 1991.

MACHADO, Humberto Fernandes. A imprensa do Rio de Janeiro e o pós-abolição. In: *Anais da XVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis-SC, 27 a 31 de julho de 2015.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da abolição*. 2. ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MARQUES, João Pedro. *Who abolished slavery? Slave revolts and abolitionism*. A debate with João Pedro Marques. Edited by Seymour Drescher & Pieter C. Emmer. Berghen Books. European expansion & Global Interaction, 2010.

MARTINS, Robson Luís Machado. *Os caminhos da liberdade: abolicionistas, escravos e senhores na Província do Espírito Santo 1884-1888*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MORAES, Evaristo. *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*. 2 ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.

MORAES, Renata Figueiredo. Os diferentes 13 DE maio. História, memória e festa da abolição. In: OPSIS, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007.

_____. *As festas da abolição: o 13 de maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)*. Rio de Janeiro, 2012, 325 p. Tese de doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a História e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). *Historiæ*, Rio Grande, 2 (3): 125-142, 2011.

PÍCOLI, Mariana. *Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869-1888)*. Dissertação (Mestrado). Vitória: Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Geisa Lourenço. *Enlaces e desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)*. Dissertação (Mestrado). Vitória: Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, 2012.

_____. "Um sonho impossível": "A transição do trabalho servil para o trabalho do homem" nos jornais do sul do Espírito Santo (1885-1888). In: VILELA, Márcio Ananias Ferreira (Org.). *Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil*. Recife: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 2019.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *O império das repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. 2016, 313 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP*. São Paulo: PUCSP, n. 4, 1985.

Recebido em: 22/06/2020 – Aprovado em: 21/09/2020.